A ESCOLA CRÍTICA E A POLÍTICA CULTURAL
HENRY A. GIROUX

É instigante o título desse novo livro do já conhecido professor americano Henry Giroux e o conteúdo é de molde a reavivar algumas antigas polêmicas que há tempos agitaram nosso meio acadêmico.

O texto compreende dois ensaios: “A pedagogia radical e o intelectual transformador” e “A pedagogia radical e a política de ‘voz do estudante’”.

No primeiro, o autor defende o ponto de vista de que uma transformação educacional radical será possível se os educadores progressistas considerarem as possibilidades da escola como esfera pública de oposição. Em sua visão, a indústria cultural, nas últimas décadas, como já apontado por Marcuse e outros, correu a vitalidade de espaços, sociais, integradores, onde a reflexão e a crítica podiam fecundar consciências e ajudar os grupos subordinados a desenvolver seus próprios intelectuais. Cabe a eles, educadores radicais, em confronto à tese reprodutivista, recuperar e ampliar o conceito de escola como um espaço democrático, sendo, o primeiro passo desse processo, a denúncia e a recusa da ideologia instrumental, que transforma os professores em simples executores de concepções pedagógicas compartimentalizadas, gerenciais e estéreis. Ao contrário, ao se aceitar a função dos professores como a de intelectuais transformadores, poder-se-ia abrir espaço para que os mesmos desvelassem o papel que a linguagem e o poder desempenham em todos os níveis de escolarização, tornando-se possível a construção de uma escola aberta às especificidades sociais e históricas dos estudantes, ajudando os jovens a se tornarem cidadãos “cênicos, críticos e éticos”.

O autor vai mais longe e, ao reanalisar a problemática da “educação do educador”, propõe a introdução da crítica e da participação nos cursos de formação de professores, a divulgação da necessidade do trabalho conjuntamente entre docentes dos diversos níveis de ensino (cooperação essa tanto na área pedagógica como na área das relvindicações de classe) e o engajamento de professores em movimentos sociais de caráter emancipatório.

O segundo ensaio — “A pedagogia radical e a política de ‘voz do estudante’” — complementa o primeiro, ao descobrir as diversas práticas pedagógicas que, segundo o autor, reproduzem em sala de aula, as relações de poder vigentes na sociedade, sendo destacado o papel da linguagem nessa reprodução.

Conclui proposto que a pedagogia, a ser implementada pelos educadores radicais, deve basear-se na absorção de três vertentes críticas: o discurso da produção, o discurso da análise de texto e os discursos das culturas vividas.

A primeira vertente desvela a rede de relações sociais mais amplas que, entre outras coisas, determina as condições de trabalho dos professores, condições essas que podem impedir práticas pedagógicas fecundas. O discurso da análise de texto questiona a alegada neutralidade dos textos escolares, permitindo que professores e alunos “desmontem” os significados opressores que são “silenciosamente embutidos” nos currículos formais e ocultos. A terceira vertente crítica, a ser endossada pela pedagogia radical, isto é, o discurso das culturas vividas, enfatiza a necessidade de que a prática de sala de aula esteja aberta à natureza contraditória do capital cultural trazido pelos alunos, capital esse que deve ser apoiado e questionado criticamente, de modo que os estudantes possam reordenar “as experiências criadas por suas vidas por meio de perspectivas abertas pela História, pela Filosofia e por outras disciplinas correlatas”.

Enfim, em que pese alguns incontornáveis vieses norte-americanos do autor, sua veemente defesa da escola, como esfera de promoção social e política do estudante, e do papel do professor, como agente engajado na transformação social, pode trazer desafios significativos para o repensar de nossas políticas educacionais, principalmente neste momento em que estão sendo discutidas propostas concretas para a reformulação do 29 grau, ainda incertos, naturalmente, os cursos de formação docente.

Dagmar Zibas